



O JOGO AFRICANO AYÓ: SEMEANDO A ETNOMATEMÁTICA PARA UMA EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL NO ESPAÇO CULTURAL VILA ESPERANÇA

Adriana Ferreira Rebouças Campelo¹

Paulo Brito do Prado²

INICIANDO UMA CONVERSA

Somos fruto de uma educação que, além de renegar as nossas origens africanas e indígenas, ainda as apresentaram de forma pejorativa, adjetivando os negros de escravos e os indígenas de preguiçosos e selvagens. Fomos educados durante anos escutando e fazendo, dessas falas, verdades que se estabeleceram em nossas mentes. Criar uma nova realidade é nos comprometer, primeiramente, em desconstruir bases conceituais errôneas que fizeram parte de discursos que só intensificaram o preconceito e racismo no Brasil.

Esse é um trabalho que vem de um desejo íntimo de contribuir para que possamos fazer da educação um movimento que, além de respeitar a diversidade, ainda seja capaz de reconhecer o quão importante ela se faz. Segundo Mendes (2014, p.3) para a realização do ensino, entendemos que é preciso uma visão ampliada e plural das diversas contribuições do continente africano nas mais variadas áreas do conhecimento.

A educação é a oportunidade que temos de, além das aprendizagens cognitivas, construir relações pautadas no respeito às diferenças. Segundo Mendes (2014, p. 06) uma educação que corrobore para a interculturalidade e que auxilie a conhecer, respeitar e trocar com outras culturas possibilita a todos acessar o patrimônio cultural dos povos indígenas e

¹ Curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola – GDE - Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão – Polo Cidade de Goiás Email: dricareboucas@hotmail.com.

² **Paulo Brito do Prado** (Orientador) paulobritogo@yahoo.com.br



africanos. Mendes define a interculturalidade como a relação e interação entre as culturas e povos diferentes, indo além do reconhecer, “pressupõe que possa relacionar e interagir” (MENDES, 2014, p.5). Sabemos que esse é um desafio que a educação ainda não superou já que, no lugar de reconhecer e respeitar as diferenças, ela uniformiza e silencia. Esse estudo utiliza, a Lei 10.639/03 que torna obrigatório o ensino da história africana e afro-brasileira nas escolas públicas e privadas e posteriormente amplia para a lei 11.645/08 que traz junto o ensino da cultura dos povos indígenas, para que o direito de reconhecer a nossa história esteja presente em todas as áreas de conhecimento. “A escola brasileira não poderá continuar a ignorar/ desprezar a indissociabilidade homem/ cultura: é nela que a criança funda sua dignidade, a confiança no seu saber, o valor da sua experiência e de seu processo singular de autonomia” (VERGANI, 2007, p.27).

Apresento como estratégia metodológica o Ayó, um jogo milenar denominado genericamente pelos antropólogos como Mancala, originário do continente africano, que tem mais de duzentas variações. Opto pela nomenclatura Ayó, por nos ligar à Nigéria. Ele traz inúmeras possibilidades de articular a Lei 10.639/03 à matemática. Nesse jogo, além de conceitos implícitos da matemática, ainda estão envolvidos aspectos culturais africanos e afro-brasileiros.

Reconhecer a experiência do jogo Ayó no Espaço Cultural Vila Esperança vai nos fortalecer na concepção de que é possível a efetivação da Lei 10.639/03 e 11.645/08. Não em um caráter de peso e obrigatoriedade, mas na necessidade que temos de trazer a história oprimida de nossos ancestrais para a construção de nossa identidade. Para que consigamos olhar no espelho e nos reconhecer negros, indígenas e também brancos. Com orgulho da riqueza que é ser pertencente a essas raízes.

Acredito que a educação é um viés transformador e construtor e que nós, educadoras e educadores, somos peças fundamentais nessa engrenagem, propiciadores ou não de uma sociedade mais justa, humana, igualitária e respeitosa das diversidades e diferenças.



CONTEXTUALIZAÇÃO DE UMA HISTÓRIA DE LUTAS PELO RECONHECIMENTO DAS NOSSAS ORIGENS-LEI 10.639/03

A nossa história constitutiva tem como personagens os povos nativos, os negros e os europeus. Usualmente falamos desses três grupos étnicos como se o povo brasileiro fosse consequência apenas dessa mistura. Esse “é o nosso mito de origem, pois de fato somos o resultado de um grande caldeirão étnico-racial” (SANTOS, 2008, p.30).

Reconhecer, ou melhor, conhecer a nossa história de formação por meio de uma ótica que não se reduz a um olhar eurocêntrico, universalista e homogêneo, é nos apoderar da nossa identidade pluricultural.

A identidade é um reflexo do meio que vivemos, é o resultado das nossas relações, tanto com os nossos semelhantes, como também com os diferentes, sendo também uma construção feita a partir do que é projetado sobre nós. Nesse conflito do que é ou não, dialogando com nós mesmos, é que ela é formada. Segundo Munanga em palestra proferida no 1º seminário de Formação Teórico Metodológico “todas as identidades são construídas. A elaboração de uma identidade confere seus materiais da história, da geografia, da biologia, das estruturas de produção e reprodução, da memória coletiva e dos fantasmas pessoais, dos aparelhos do poder, das revelações religiosas e das categorias culturais”. É visível que a identidade é a fonte de sentido e experiência e sua concepção está estritamente relacionada com o conceito de diversidade, isto é, de cidadania, raça, etnia, gênero. Munanga, na palestra supracitada, afirma que esses conceitos mantêm relações ora dialéticas, ora excludentes, conceitos esses também envolvidos no processo de construção de uma educação democrática.

Para a valorização da nossa origem africana é necessário entendermos que quando falamos de negros estamos nos remetendo a homens e mulheres que foram seqüestrados de suas terras, trazidos para outro continente, obrigados ao trabalho escravo, numa tentativa de apagamento de identidade, de invisibilização da cultura, numa estratégia de enfraquecimento da coletividade, já que apesar de vindos de um mesmo continente eram de diversos grupos étnicos com linguagem e costumes diferentes.



A nossa sociedade foi formada em um cenário plural. Nessa composição estavam os negros que foram sequestrados de suas raízes e trazidos para o Brasil sem sequer saber para onde e porque estavam indo, os povos indígenas que já viviam nessas terras e todos os outros, ditos brancos, que por motivos diversos chegaram nesse território.

Se nossa sociedade é plural, étnica e culturalmente, desde os primórdios de sua invenção pela força colonial, só podemos construí-la democraticamente respeitando a diversidade do nosso povo, ou seja, as matrizes étnico-raciais que deram ao Brasil atual sua feição multicolor composta de índios, negros, orientais, brancos e mestiços (MUNANGA, 2008, p.13-14).

Apesar de sabermos do desafio que foi conviver nesse caldeirão cultural, o Brasil viveu, e ainda vive, o mito da democracia racial, que segundo Munanga (2008, p.14) é o aquele segundo qual no Brasil não existe preconceito étnico-racial e, conseqüentemente, não existem barreiras sociais baseadas na existência da nossa diversidade étnica e racial, propagando a imagem de um país que convive de forma harmoniosa com a diversidade e diferença, sem o racismo.

Em outra perspectiva o que podemos perceber também, é que o projeto político de branqueamento estava intimamente ligado ao projeto político nacional de construção de identidade única. Essa construção de uma identidade nacional estaria dentro de uma pertença estética branca, ou seja, eurocêntrica (PASSOS, 2010, p.75).

Nesse cenário de lutas o Movimento Negro brasileiro teve papel importante em muitas conquistas. Na sua luta em prol de uma educação pautada no respeito às diversidades, democracia e cidadania que em 9 de janeiro de 2003, o então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei 10.639 que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas públicas e privadas do Ensino Fundamental e Médio. Trata-se de uma importante alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) a lei 9.394/96. Em novembro do mesmo ano, pelo Decreto nº 4.886, foi criada a (SEPPPIR) Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.



A implantação dessa lei vem agregar aos movimentos vigentes com o intuito de combater o racismo em nossa sociedade. Segundo Gomes “a escola é responsável pela construção de identidades positivas dos afro-brasileiros e evidenciar o essencial da educação que é a construção do respeito à diversidade como fomentadora de uma formação cidadã” (2008, p.69). Criar espaço no universo escolar para a construção de identidades positivas é uma forma de colaborar para uma sociedade mais justa e igualitária, propiciando a nossa história que foi sempre renegada, aparecer e se mostrar como uma história multicultural.

A inclusão da história da África e dos afro-brasileiros nos currículos escolares está ancorada, sem dúvida, num projeto de afirmação do Brasil como sociedade multicultural e de reconhecimento do importante papel dos negros na formação da sociedade brasileira, em muitos aspectos, muito além da escravidão ou da submissão (ABREU, MATTOS E DANTAS, 2010, p. 35).

Essa é uma ação afirmativa na nossa educação. É sabido que ações afirmativas são políticas, projetos e práticas públicas e privadas que visam corrigir as desigualdades subseqüentes ao nosso processo de formação histórica, no intuito de contribuir para uma sociedade menos racista, preconceituosa e discriminatória. É objetivo dessa lei dar o direito para que a diversidade étnico-racial rompa com a invisibilidade e o silenciamento trazendo no currículo e nas práticas escolares a realidade africana e afro-brasileira.

...a questão racial não se restringe à comunidade negra, e a superação do racismo e da desigualdade racial faz parte da luta pela construção da cidadania e da democracia para todos. Em uma sociedade multirracial e pluricultural, como é o caso do Brasil, não podemos mais continuar pensando a cidadania e a democracia sem considerar a diversidade e tratamento desigual historicamente imposto aos diferentes grupos sociais e étnico-raciais (GOMES, 2011, p. 70).

Vejamos essa alteração na LDB, com a homologação da Lei 10.639/03 e depois em 2008 ampliada com a Lei 11.645 que traz junto com o ensino da história dos povos indígenas. É muito mais que instrumentalizar com conteúdo, é criar uma educação para as relações étnico-raciais que pautada na ética contribuirá para desnaturalizar as desigualdades.



Sabemos do grande passo dado com a homologação da lei. É uma enorme conquista, tanto para os movimentos sociais, quanto para os que acreditam na educação como valorização das diversidades. É notório o desafio que é viver no cotidiano escolar a efetivação da lei, que é um direito de reparação de uma história pautada na desigualdade. Nós, educadoras e educadores somos fundamentais nessa construção. Segundo Munanga (2008, p. 11) “somos produtos de uma educação eurocêntrica e que podemos, em decorrência desta, reproduzir consciente ou inconscientemente os preconceitos que permeia a nossa sociedade”. O desejo de uma educação justa nos colocará no caminho da pesquisa verdadeira, sem folclorizar uma cultura tão rica e tão nossa.

ETNOMATEMÁTICA- RECONHECENDO A DIVERSIDADE SOCIOCULTURAL

A Etnomatemática, à moda de Teresa Vergani, é uma matemática de corpo inteiro, que rejunta razão a sensibilidade, histórias, narrativas e imagens. Trata-se de uma matemática com alma, mas encarnada no mundo; uma matemática de carne e osso, que faz copular a régua e o compasso, o universal e o particular, a imanência e transcendência, o Oriente e o Ocidente. Uma matemática nômade, desterritorializada, completamente cigana... (VERGANI, 2007, p.5).

Reconhecendo a necessidade de efetivação da lei 10.639/03 e desejosos de fazer uma educação voltada para as relações étnico-raciais é que buscamos o subsídio da Etnomatemática. Nessa perspectiva devemos refletir sobre o processo ensino e aprendizagem desta disciplina relacionando o conhecimento, reconhecimento e valorização das culturas africanas e afro-brasileiras com a cultura e educação.

É interessante perceber que a Etnomatemática torna-se para nós, educadores, uma preciosa ferramenta para trazer em nosso cotidiano uma matemática menos universalista e longínqua, para uma ação que ou está presente em nosso cotidiano, ou faz parte da nossa memória ancestral, que a todo o momento é silenciada e adormecida. A Etnomatemática assume o papel



de potencializadora e dinamizadora na implantação da lei 10639/03, não devendo ser vista como uma nova disciplina ou metodologia, mais sim como uma nova postura, para realizarmos uma educação plena e transformadora, direcionada para o respeito às diferenças e diversidades. Segundo D`Ambrósio (2008, p. 168) “a Etnomatemática resulta de uma visão transdisciplinar e transcultural do conhecimento, servindo de ponte entre as diversas áreas cognitivas”. Reconhecer a Etnomatemática como ponte nos possibilita através da matemática nos tornar ligação e relação de um processo de educação que não se limita a números.

A Didática da Etnomatemática visa Educação, visa a formação integral do indivíduo, resumida na afirmação de autoconfiança, na facilitação de aquisição dos elementos necessários para o exercício da cidadania e no estímulo ao desenvolvimento da criatividade (D' AMBRÓSIO, 2008, p. 165).

Esse é um movimento que surge no Brasil em 1975, a partir dos trabalhos de base etnoantropológica de Ubiratan D`Ambrósio, mas vem ser reconhecido oficialmente como novo campo de investigação em 1983. Para ele a Etnomatemática é o reconhecimento que há muitas maneiras de ser matemático, entendendo ser matemático como um indivíduo que tem seus modos e maneiras pessoais de comparar, classificar, quantificar, medir, organizar e de inferir e de concluir. Nessa perspectiva, a matemática apresenta cognitiva e explicitamente o seu caráter transdisciplinar.

Sintetizando, poderíamos dizer que Etnomatemática é um programa que visa explicar os processos de geração, organização e transmissão de conhecimento em diversos sistemas culturais e as forças interativas que agem nos e entre os processos. Portanto, o enfoque é fundamentalmente holístico (D'AMBROSIO, 1998, p. 7).

Vemos que o papel da educação, em especial da educação matemática é fundamental na apropriação de novas posturas, estabelecendo novos diálogos, se abrindo para ótica da interdisciplinaridade, sendo ele o interlocutor da Etnomatemática com as outras disciplinas, reconhecendo os fatos e acontecimentos que fazem parte do ambiente cultural desse aluno, e sendo um propiciador da imersão da cultura africana e afro-brasileira no espaço escolar.



Nessa perspectiva Etnomatemática é importante refletir sobre conceitos e ideias matemáticas que se fazem presentes em nossas práticas culturais. Segundo Vergani (2007, p.27) “a matemática é tão universal quanto a capacidade de verbalizar”. Portanto, ela está presente em tudo que fazemos no nosso cotidiano.

Em sala de aula, Etnomatemática pode ser implementada através da investigação da matemática de produtos e práticas culturais-como jogos com pessoas da própria cultura ou através da exploração da matemática de uma cultura diferente, onde os alunos enriquecem sua construção de ideias matemáticas (POWELL e FRANSTEIN, 1997, p.249 apud POWELL e TEMPLE, 2002, p. 91).

É perceptível que crianças e adultos são atraídas por jogos. Enquanto jogam a imaginação está sendo estimulada e, concomitantemente, a construção do conhecimento matemático. Segundo Powell e Temple (2002, p.92) os jogos de tabuleiro são importantes instrumentos culturais para engajar crianças em explorações intelectuais que frequentemente incorpora interessantes e ricas estruturas matemáticas. No momento do jogo é possibilitada a construção de estruturas intelectuais que instrumentalizará para que posteriormente sejam construídas e compreendidas ideias matemáticas, estratégias e teorias. Por meio da Etnomatemática, ainda de acordo com Powell e Temple (2002, p. 92), professores de vários lugares têm notado que os jogos vivenciados em outras culturas ajudam crianças a desenvolver habilidades matemáticas, pensamentos estratégicos além da consciência de sua participação em uma esfera global.

CONHECENDO AS VARIAÇÕES DE MANCALA

Os jogos da família Mancala são uma importante experiência para contribuir para construção de conhecimentos matemáticos e ainda corroborar para a educação pautada nas relações étnico-raciais e a execução da Lei 10.639/03. A nomenclatura Mancala tem-se a sua origem de naqaala, do árabe significa mover. É um termo utilizado pelos antropólogos para nomear uma



variedade de jogos de tabuleiros com várias concavidades que partem do mesmo princípio de distribuição de sementes. Possuem uma representatividade de mais de duzentos jogos de tabuleiro, que receberam esse nome genérico dos antropólogos. Atualmente são jogados em toda África, ao sul da Ásia, Américas e na maior parte da Oceania.

A difusão da Mancala no continente africano é mais notada do que em qualquer outro continente. A Mancala tem mais de 200 versões e conseqüentemente possui nomes diferenciados nos países em que é jogada: AIÚ no Brasil, AYÓ na Nigéria e a versão brasileira teria vindo de lá, OURI em Cabo Verde, AWARI no Suriname, OWARE em Gana, ADI no Daomé, ANDOT no Sudão, KALAH na Argélia, WARI na Gâmbia e no Senegal (GUERRA, 2009).

Existem divergências quanto à origem desses jogos, sendo que a mais provável é o Egito. Estudiosos supõem que ele tem mais de sete mil anos de idade. Os tabuleiros podem ser confeccionados em diversos materiais, variando da posição social de quem o pratica. Torna-se difícil datá-lo com precisão já que pode ser jogado em tabuleiros esculpidos em madeiras virando belíssimas esculturas tornando-se complexo, ou simplesmente escavados na terra ou no chão.

Na África, os tabuleiros de alguns jogos eram utilizados em rituais sagrados, relacionando-o não só ao caráter mitológico como também ao sagrado, hierárquico e divinatório, esses eram peças valiosas, sendo repassados de geração em geração, pertencentes aos chefes e sacerdotes. Ainda há regiões em que os Mancalas estão ligadas às raízes sagradas. Além dessas características Macedo, Petty e Passos (2000, p.71) citam a descrição realizada por Odeleye (1997, p.8) que traz alguns pontos em comum que foram encontrados nas diferentes modalidades do Mancala.

São jogados por duas pessoas, uma em frente à outra, com o tabuleiro longitudinalmente colocado entre elas; antes de começar o jogo, o mesmo número de sementes é distribuído em cada uma das cavidades do tabuleiro; os jogadores se alternam para jogar, distribuindo as sementes da cavidade escolhida, uma a uma, no sentido anti-horário, nas cavidades subsequentes; sempre a captura de sementes, sendo a forma de captura diferente, dependendo do jogo em questão; a partida termina quando restam



muito poucas sementes para o jogo continuar ou quando resta apenas uma semente em cada lado; ganha quem tem o maior número de sementes; as estratégias do jogo envolvem movimentos calculados, que exigem muita concentração, antecipação e esforço intelectual. (ODELEY, 1997, p. 8 apud MACEDO, PASSOS E PETTY.2000, p. 71).

Usaremos a nomenclatura Ayó que é uma variação do jogo Mancala pertencente à Nigéria e sua regra é similar ao Awalé e Oware. A escolha desse nome está relacionada com o fato do Brasil ter sido um país que, em seu processo de formação histórico, recebeu como mão de obra a utilização do africano negro na condição de escravo. Destes, um grande contingente veio da Nigéria. Além do aspecto histórico a palavra Ayó, de origem yorubá, língua nigeriana, tem o significado de alegria. É visto que esse jogo educativo promove a aprendizagem de forma lúdica propiciando a alegria e integração daqueles que o praticam.

Jogos de tabuleiro são também importantes instrumentos culturais para engajar crianças em explorações intelectuais que frequentemente incorporam interessantes e ricas estruturas matemáticas. Enquanto jogam, crianças constroem estruturas intelectuais que possibilitam que mais tarde sejam construídas e compreendidas complexas ideias matemáticas. (POWELL e TEMPLE, 2002, p. 92).

Para jogar Ayó são necessárias 48 peças podendo ser sementes, pequenas conchas ou pequenas pedras e um tabuleiro retangular contendo 14 cavidades, sendo duas fileiras de seis casas cada uma, e outras duas maiores, que servirão de reservatório, sendo nomeado de oásis ou armazém. É jogado por duas pessoas e o objetivo é colher o maior número de sementes. São distribuídas as sementes igualmente nas cavidades, sem colocar no oásis, quatro sementes em cada cavidade. A movimentação do jogo é circular no sentido anti-horário. No término da distribuição das sementes (semeadura), o jogador passa a vez se não é possível colher. O ato de colher ocorre quando a última semente que foi colocada estiver no território do seu oponente e em uma cavidade cuja soma das sementes sejam duas ou três, contando com a última semente que foi colocada. Se a cavidade anterior à última semente colocada tiver duas ou três sementes, ocorre a colheita dupla. Se anterior a essas duas



cavidades tiver nessas condições pode ocorrer a captura tripla, e assim por diante, sendo que o máximo de colheitas múltiplas serão cinco.

É importante ressaltar que, quando um jogador efetua um movimento e fica sem sementes, faz-se necessário que o oponente distribua sementes para o outro lado do tabuleiro para que o jogo continue. Embutidos nessa regra estão alguns aspectos filosóficos da cultura africana. O primeiro é que de acordo com um provérbio as sementes são para os que dela necessitam, sendo que quem melhor semear vai colher. Outro princípio muito interessante é que não se deve eliminar o seu adversário, pois se entende que se ele for destruído, também a terra que ele cultivava é destruída, sendo pautada no ensinamento de quem destrói a terra não pode mais colher.

Ayó é um jogo que não exclui ninguém que queira jogá-lo, já que pode ser utilizado tabuleiros de madeiras esculpidas, verdadeiras obras de artes, ou transformando caixinha de ovo, ou confeccionado na modelagem do barro e ainda é muito usado construído no próprio chão. Isso demonstra as possibilidades que se tem de trazer esse jogo para diversas realidades.

AYÓ-CONTRIBUIÇÕES FILOSÓFICAS E CULTURAIS

Faz-se necessário mencionar alguns aspectos filosóficos e princípios que permeiam o jogo Ayó. Segundo Lima, Genka e Lemos (2005, p.54) “o princípio fundamental é semear para colher, que não varia para eles esse é o segredo da fonte, na prática ancestral africana, a troca”. Ainda segundo estes autores esse “é um importante jogo de reflexão, são frutos das ideias, formas de raciocinar e memória coletiva dos povos que o criaram”. É um jogo em que é exercitado a generosidade pois, para ganhar, o jogador tem que saber doar. O jogo Ayó, assim como os Mancalas oportuniza, segundo Lopes (2008, p.14) “o trabalho com valores civilizatório africanos como a Ancestralidade, Circularidade, Corporeidade, Cooperativismo, Ludicidade, Memória e Oralidade”.

Uma escola que se predispõe a trabalhar com o Ayó em sua metodologia está dando abertura à diversidade cultural e apresentando as



manifestações culturais, expandindo o conhecimento escolar a partir de elementos da cultura africana, que são raízes da cultura brasileira.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais, os jogos de tabuleiro, como o Ayó, colaboram com crianças e quem dele faz uso para o desenvolvimento das capacidades intelectuais, na estruturação do pensamento, na agilização do raciocínio dedutivo, na resolução de problemas, e servem de construção de conhecimento em diferentes áreas de raciocínio. (LOPES, 2008, p. 14).

Podemos, através do estudo e aprofundamento do jogo, conhecer e ampliar o nosso repertório linguístico por meio de palavras africanas, além dele trazer algumas expressões que podem ser também incorporadas em nosso vocabulário.

A consolidação da interdependência; a fixação de noções de duração e direção; o significado de passado, presente e futuro; a ampliação de vocabulário; desenvolvimento da motricidade ampla; formulação de hipótese; a representação de objetos no espaço bidimensional; apropriação da linguagem gestual e o uso de mímica; a administração das emoções; o desenvolvimento da comunicação interpessoal; o fortalecimento da identidade pessoal e do grupo; o reconhecimento da diversidade de gênero, etnia, de nacionalidade e de cultura; o estabelecimento de condições psicológicas; a estimulação da auto-estima; o desenvolvimento de habilidades pessoais. (LOPES, 2008, p.14).

É notório que ao possibilitar um momento lúdico e rico em aprendizagem através do jogo Ayó estaremos trabalhando muito mais do que já foi citado por Lopes, estaremos em nossa prática incorporando objetivos direcionados nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira e educação das relações étnico-raciais.

Propomos que as escolas, tendo como ponto de partida o jogo mankala, criem espaços, tempos e recursos que: incorporem à prática elementos da cultura africana, criando assim condições para o exercício da diversidade e do pluralismo cultural; evidenciem a contribuição da cultura africana para o desenvolvimento de aprendizagens nas dimensões conceituais, procedimentais e atitudinais; estimulem a vivência dos valores civilizatórios afro-brasileiros; contribuam para o desenvolvimento das inteligências múltiplas; coloquem o aluno em contato com a história e cultura africanas de épocas



posteriores à modernidade; fortaleçam a construção de processo identitário dos alunos, em especial dos afro-brasileiros. (LOPES, p.14 e 15. 2008).

O Ayó tem um grande potencial de aglutinar disciplinas, num projeto interdisciplinar. Além do estudo do jogo e suas implicações matemáticas que já foram citadas, podemos conhecer a história do país a que ele pertence pesquisar sobre a mitologia, confeccionar o jogo com materiais reciclados (caixinha de ovos) ou através da modelagem do barro. Essas atividades em conjunto criam uma teia fortalecendo a educação para as relações étnico-raciais, contribuindo para que o papel da educação de formar cidadãos conscientes, e pautado na cidadania seja efetivado.

UM LUGAR CHAMADO ESPERANÇA

Ainda nos deparamos em nosso meio educacional com o pensamento de que discutir as relações étnico-raciais seja atividade restrita aos movimentos sociais. Essa concepção reduz a ideia da educação à mera reprodução e transmissão dos conteúdos, mecanizando o processo ensino aprendizagem. Nota-se que ainda é necessário ampliar a concepção de educação, reconhecendo que esse é um processo grandioso de saberes culturais e sociais, que acontece em sua magnitude através do encontro e partilha com o outro.

É importante salientar que existem iniciativas que servem de estímulo para muitas outras realidades, que conseguem pautar a educação em uma prática que insere esse debate no cotidiano escolar.

A cidade de Goiás, antiga capital do Estado, reconhecida como Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade, guarda em sua periferia, um lugar que há mais de vinte anos trabalha por um mundo melhor, pautado no respeito à diversidade por meio da educação das relações étnico-raciais. O Espaço Cultural Vila Esperança realiza um trabalho que antecede as leis 10.639/03 e 11.645/08, envolvendo alunos, professores e comunidade na busca da cidadania, através da arte, educação e cultura.



Pioneira no país, a experiência pedagógica da Escola Odé Kayodê é a materialização da lei 10.639, aprovada em 2003 e que determina a inclusão do ensino da história e cultura afro-brasileira nos currículos da Educação Básica. ” (LOBO, 2013).

O Espaço Cultural Vila Esperança carrega em sua filosofia o tripé da educação, cultura e da arte. Quem entra nesse espaço percebe que toda a sua estrutura física faz relação e é carregada de símbolos das culturas africanas e indígenas. Acredita-se que é por meio dos sentidos que se constroem aprendizagens significativas. Têm-se as vivências culturais como a engrenagem de uma educação pautada nas relações étnico-raciais. São atividades cotidianas que visam contribuir para educação patrimonial em Goiás. Propaga valores herdados pelo povo brasileiro dos ancestrais africanos através do toque, da dança, da comida e dos diversos saberes. Os quais proporcionam o encontro das pessoas, devolvendo-as a si mesmas, e as legitimando a sua própria identidade. É também um mecanismo de instrumentalização contra o racismo, vivenciando se conhece, e se conhecendo é possível desmistificar aquilo que foi criando pelo imaginário e perpetuado de forma preconceituosa e discriminatória.

A Vila Esperança contribui para a formação de crianças e adultos, partilhando desse espaço é que a Escola Pluricultural Odé Kayodê se desenvolve, bebendo cotidianamente dos aspectos culturais vivenciados ali. Uma escola reconhecida pelo MEC que atende crianças da comunidade na educação infantil até o 5º ano da primeira fase do ensino fundamental. A escolha do nome dessa escola já é um demonstrativo de quão preocupada ela é com as discussões étnico-raciais e de gênero. Em uma cidade de mentalidade colonialista ter uma escola com um nome de uma mulher, e negra, já significa romper e dar voz a todos que foram e ainda são silenciados. A Escola Pluricultural Odé Kayodê, homenageia a Mãe Stella de Azevedo Santos, que é sinônimo de resistência e luta das tradições da cultura do povo negro, evidenciando o seu nome ancestral Odé Kayodê que em língua africana Yorubá significa caçador de alegria. Essa grande mulher é uma Iyalorixá do Ilê Axé Opô Afonjá, uma casa de candomblé histórica de Salvador.

O Espaço Cultural Vila Esperança tem como projeto permanente as práticas educacionais por meio das vivências. O Porancê Poranga, que em



tupi-guarani quer dizer reunião para dançar e cantar bonito, uma tarde de vivência indígena e o Ojó Odé, em idioma yorubá que significa “dia do caçador”. Nessas atividades há um chamado para despertar em cada um a sua história ancestral indígena e africana. É possível perceber que essa experiência é carregada da discussão teórica e conceitual, que alia práticas, construindo através das atividades a formação das pessoas, tanto adultos quanto crianças, “valorizando as culturas negras e indígenas, possibilitando a mudança de valores, sendo uma prática que também visa a eliminação de ações racistas”. (GOMES, 2008, p.145). Esse é um trabalho que toca na questão da justiça social, na questão dos preconceitos e discriminações.

As vivências culturais Ojó Odé e Porancê Poranga tem-se legitimado e ganhado repercussão nacional, sendo reconhecidas como práticas de relevância. Foram apoiadas pela Criança Esperança nos anos de 2009, 2010 e 2012. Recebeu o prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade em 2011 na categoria Educação Patrimonial com as vivências afro-brasileiras Ojó Odé e Afoxé Ayó Delê. Na 5ª edição do prêmio Educar para Igualdade Racial, realizado pelo CEERT (Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades) foi premiada com as práticas culturais Ojó Odé e Porancê Poranga, e na 6ª edição com o Afoxé. É notório o quanto esse lugar contribui para os educadores que acreditam em uma educação que valoriza as práticas culturais.

A oficina do Jogo Ayó é realizada na Ojó Odé. É apresentado os aspectos históricos e filosóficos, seguindo para as regras. As crianças e adultos são estimuladas a jogar entre si, apresentando o que foi compreendido e as possíveis dúvidas. O som da semente em contato da madeira mostra o quão compenetrado está o grupo que vivencia essa prática. É um momento importante de valorização e reconhecimento de um legado africano.

No ano de 2013, o Espaço Cultural Vila Esperança, como forma ativa de reflexão do dia da consciência negra, 20 de novembro, propôs para crianças, adultos e toda a comunidade o I Festival do jogo Ori, nomenclatura muito utilizado na Vila Esperança para denominação do Ayó, esse nome remete ao conceito mais íntimo da cabeça, remetendo às estratégias. Além desse momento, o jogo Ayó está presente no cotidiano da Escola Pluricultural Odé Kayodê como brinquedo permanente e de acesso a todos que queiram



utilizá-lo. É usado como ferramenta educacional, apropriação e ampliação de conceitos matemáticos em aulas específicas.

UM RESPIRO... E A CAMINHADA CONTINUA

O acordar para o reconhecimento do multiculturalismo se faz necessário, sendo este um despertar para que no cotidiano educacional existam práticas que realmente possam ser reflexo da nossa realidade que é constitutivamente diversa, sendo acolhedora das diferenças, sem os pesos e medidas que foram empregadas em séculos de história contada pela voz eurocêntrica. Que outras vozes possam ser ecoadas e protagonistas de uma história coletiva. É percebido que as políticas públicas vêm contribuindo e com a força dos movimentos sociais criando estratégias. As leis 10.639/03 e 11.645/08 são um avanço e conquista pois muitas lutas foram empregadas nessa demanda. Introduzir no cotidiano escolar o debate sobre as relações étnico-raciais e trazer a história e cultura africana e afro-brasileira é incentivar transformações expressivas na educação.

O jogo Ayó se apresenta como uma ferramenta educacional que possibilita o estudo da história africana e afro-brasileira. Com ele podemos semear uma educação para as relações étnico-raciais, criar espaço para debater as práticas racistas, discriminatórias e preconceituosas. Apresentar esse jogo é também criar uma atividade interdisciplinar, juntando educadores e educadoras de história para trabalhar a história, de geografia para estudar sobre vegetação, a terra, o ato de colher e semear, localização, de português e literatura sobre os mitos e narrativas, de artes com a confecção do tabuleiro usando materiais diversos, e a matemática e Etnomatemática aprofundando-se nos conceitos matemáticos.

Educadoras e educadores têm uma grande oportunidade de contribuir ativamente para a construção de uma realidade menos desigual. A escola é um lugar privilegiado de encontro, mas que nem sempre é um potencializador que propicia o aflorar as diferenças e criar um ambiente harmonioso.



Há a esperança, aliada ao trabalho, de que a educação seja realmente aglutinadora de sonhos, de práticas humanistas, de construções ideológicas pautadas no respeito e cidadania nos ensinando a conviver com as diferenças. Vivenciar aspectos e elementos de nossas culturas ancestrais por intermédio do jogo Ayó é semear uma educação que reconhece a diversidade e caminha para preencher as lacunas historicamente construídas.

REFERÊNCIAS

ABREU, Martha e MATTOS, Hebe. Em torno das Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações étnico-raciais e para o Ensino da História e Cultura afro-brasileira e africana: uma conversa com historiadores. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 21, nº 41. Janeiro-junho de 2008.

ABREU, Martha. MATTOS, Hebe. DANTAS, Carolina Vianna. Em torno do passado escravista: as ações afirmativas e os historiadores. *Antítese*, vol.3, n.6, jul.-dez. de 2010, p.21-37. Disponível em <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/5214/4900>. Acesso em: 29 maio. 2015.

D'AMBROSIO, Ubiratan. *Etnomatemática- Arte ou técnica de explicar e conhecer*. 5ª ed. Editora Ática. Série Fundamento. 1998.

GOMES, Nilma Lino. Educação, relações étnico-raciais e a lei nº 10.639/03: Breves reflexões. In: *Modos de fazer: caderno de atividades, saberes e fazeres 4/* [organização Ana Paula Brandão].-Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2010 – (A cor da cultura: v.4) p. 19-25.

GOMES, Nilma Lino. A questão racial na escola: desafios colocados pela implementação da Lei 10.639/03. In: MOREIRA, Flavio Antonio& CANDAU, Vera Maria (orgs), *Multiculturalismo: Diferenças Culturais e Práticas Pedagógicas*. 7ª ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2011. p. 67-89.

GOMES, Nilma Lino. Educação e Relações. Raciais: refletindo sobre algumas estratégias de atuação. In: MUNANGA, Kabengele (org), *Superando o Racismo na escola*. 2ª ed., Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Continuada e Diversidade, 2008. p. 139-150.

GOMES, Nilma Lino. Diversidade cultural, currículo e questão racial: desafios para a prática pedagógica. In: ABRAMOWICZ, Anete (Org), *Educação como Prática da Diferença*, São Paulo: Armazém do Ipê: Autores Associados, 2006, p. 21-40.

GUERRA, Denise. Corpo, som e movimento. AIÚ: a herança africana dos jogos mancala no Brasil. *Revista África e Africanidades*- Ano 2, nº 6- Ago. /2009.



Disponível em:
<<http://www.africaeaficanidades.com.br/documentos/mancala.pdf>> Acesso em
05 de dezembro de 2014.

LIMA, Heloísa Pires; GENKA, Georges; LEMOS, Mário; *A semente que veio da África*. São Paulo: Salamandra, 2005.

LOBO, Thais. *Igualdade Racial: Escola goiana ganha prêmio*; Tribunal do Planalto/PUCGO, 26 de janeiro de 2013. Disponível em:
<http://tribunadoplanalto.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16015:igualdade-racial-escola-goiana-ganha-premio&catid=60:escola&Itemid=8> Acesso em 20 de maio às 23:29.

LOPES, Véra Neusa. Mankala: Jogo de tabuleiro de origem africana explora valores e habilidades. *Revista do Professor*; Ano 24; nº 96; Porto Alegre; out./dez. 2008 p. 13-18.

MACEDO, Lino de; PETTY, Ana Lúcia Sícole; PASSOS, Norismar Christe. *Aprender com Jogos e Situações-Problemas*. Porto Alegre: Artmed, 2000.

MENDES, Lilian Marta Grisolio. Interculturalidade e o Ensino de História Indígena: os avanços e entraves das políticas públicas na temática indígenas nas escolas, *Anais de Congresso, VII ENCONTRO DO CEDAP - Culturas Indígenas e Identidades*, abril de 2014.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia, 2006, p.1-2.

MUNANGA Kabengele. *Diversidade, identidade, etnicidade e cidadania*. Palestra proferida na 1º Seminário de Teórico Metodológico. São Paulo. Disponível em:
<<http://www.npms.ufsc.br/programas/Munanga%2005diversidade.pdf>> Acesso em: 5 mai. 2015.

POWELL, Arthur B.; TEMPLE, Oshon L. Semeando Etnomatemática com Oware: Sankofa. *Boletim GEPEN*, Rio de Janeiro: nº 40, p. 91-106, ago. /2002.

SANTOS, Marcio André dos. Preto, pardo, negro, afrodescendentes: as muitas faces da negritude brasileira. In: *Modos de fazer: caderno de atividades, saberes e fazeres 4/* [organização Ana Paula Brandão].-Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2010 – (A cor da cultura: v.4) p. 26-36

VERGANI, Teresa. *Educação Etnomatemática: o que é?*; Ed. Flecha do Tempo, Natal, 2007.

VIEIRA, Nunes. Para uma abordagem multicultural: O programa etnomatemática. Nuno Vieira entrevista Ubiratan D' Ambrósio. *Revista Lusófona de Educação, América do Norte*, 11, jul. 2008. Disponível em: < <http://http://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/585/481>> Acesso em 28 de maio de 2015.



Anais do I Congresso de Ciência e Tecnologia da PUC Goiás
Disponível em: <http://pucgoias.edu.br/ucg/prope/pesquisa/anais/2015/index.htm>
ISSN: 2177-3327

Fotos disponíveis no site <<http://www.vilaesperanca.org/?p=5189>> Acesso em 31 maio 2015.



Anais do I Congresso de Ciência e Tecnologia da PUC Goiás
Disponível em: <http://pucgoias.edu.br/ucg/prope/pesquisa/anais/2015/index.htm>
ISSN: 2177-3327